

TOURAINÉ, A. (1998).

DEMOCRACIA, IGUALDADE E DIVERSIDADE. Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático. Tradução do original Francês de 1997 por M. Florenzo. Bauru: EDUSP, 109p.

O estilo, a forma de funcionamento social e suas relações com o ser individual constituem preocupação de muitos autores, inclusive de Touraine conforme aparece no livro aqui resenhado. Touraine tem uma longa carreira como docente universitário e pensador francês. Doutor em letras, recebeu o título de Doutor Honoris Causa por diversas universidades e outros títulos.

A obra foi editada no formato 11 x 18cm com capa criada por Valderramas, em impressão de boa qualidade. Traz as reflexões do autor sobre o tema central, estando organizada em 15 pequenos capítulos que podem ser lidos seqüencialmente ou em separado, podendo servir também para vários tipos de seminários. Faz falta à obra uma apresentação e/ou um prefácio que explicitasse sua origem, metas pretendidas e a quem se dirige preferencialmente. De qualquer forma, o texto oferece considerações úteis aos docentes universitários, pesquisadores e quantos estejam preocupados com o referencial social em que vive o homem.

No primeiro capítulo enfoca a idéia de Sociedade. “o que definiu a modernidade foi a separação entre a ordem de mundo, seu sentido ou mesmo da intenção que a criou... a modernidade se define pela separação entre racionalização, como modalidade de ação sobre a natureza, e o individualismo moral” (p.7). Repassa rapidamente as concepções de ordem social e sociedade. Hoje “há o apelo à igualdade de direito contra a desigualdade de fato” (p.13) cuja força vem da confiança na evolução histórica material, “Quanto mais moderna é uma sociedade, mais rapidamente muda e age profundamente sobre si mesma e mais elimina as barreiras e as distâncias sociais herdadas do passado. Quanto mais apela à razão, menos suporta o peso da tradição” (p.14).

Nos três capítulos seguintes enfoca os conceitos de democracia revolucionária, democracia liberal e democracia social e cultural. Os dois primeiros estão esgotados em favor de uma concepção mais ampla de livre escolha com respeito a algumas regras, mas a última também tem problemas ao esquecer o princípio igualitário.

Nos capítulos 5 e 6 trata de questões políticas no redirecionamento da democracia baseada em atores e que se põe no centro do social, criticando o progressismo.

A ruptura das sociedades é o título do capítulo seguinte no qual enfoca as conseqüências da autonomia crescente da atividade econômica, cada vez menos submetida ao controle das instituições políticas e sociais (p. 55). A globalização da economia entretanto não é considerada uma variável suficiente para a queda do modelo clássico de democracia. Há que se considerar também a tendência para a “desmodernização”. Há que se buscar um “novo princípio de ligação e de combinação” (p. 60). Isto leva ao tema do capítulo seguinte – Unidade e Diferença. A solução está em “reconhecer em cada indivíduo o direito de combinar, de articular em sua experiência de vida pessoal ou coletivo, a participação no mundo dos mercados e dos técnicos com uma identidade cultural particular”, (p. 65).

A situação é mais um conjunto de processos de mudanças do que propriamente uma ordem social. Desta forma, não podem existir fora do indivíduo como ator, no todo de uma personalidade e cultura, outros lugares para combinação de estratégias econômicas e de identidades culturais. O direito à individuação passa a ser a meta e a forma de realização (cap. 9). Concluí dizendo que “Movimentos sociais e de ação democráticos somente se formam pelo reforço, ou liberação da

capacidade do maior número agir como sujeito, ou seja, associando em via vida e sua ação, atividade econômica modernizadora e identidade ou mesmo tradições culturais”, (p. 16).

No capítulo 10, o autor alerta para o perigo de “buscar restituir a vida a solução clínica e de buscar novos fundamentos para a autonomia da ordem política no interior do mundo social”, (p. 77). Corre-se o risco de um universalismo baseado na comunicação e não em valores diretamente universais. Retorna-se ao iluminismo ainda que outra roupagem.

O outro como consequência da definição do sujeito do prisma da identificação é invocado no capítulo seguinte. Para o sujeito receber um conteúdo social concreto e poder se tornar “um princípio de organização democrática da vida social e também um princípio de formação de uma ação coletiva” (p. 81), precisa passar por uma transformação. Primeiramente cada sujeito precisa reconhecer e ser reconhecido pelo outro sujeito, implica em reconhecer as diferenças e semelhanças, compartilhar esforços para combinar instrumentalidade e identidade. Implica em ter auto-estima e no fortalecimento da identidade pelas ciências humanas. Isto encaminha para o objetivo básico da discussão, ou seja, mostrar que “iguais e diferentes não são incompatíveis, são interdependentes (cap. 12). Mostra-se ciente das resistências que esta proposição encontra entre alguns estudiosos. Antecipa e responde questões relativas ao tema. É a proposição de uma sociedade que torna possível combinar igualdade e diversidade, a organização social deixa de ser vertical., Já não é relevante a tomada do poder, o importante é o reconhecimento da identidade ou “da liberdade de cada sujeito combinar identidade cultural e ação estratégia” (p. 91).

No capítulo seguinte propõe e elabora sua hipótese: “somente o desaparecimento do que se chama sociedade ou de ordem social permite a combinação conflitual mas necessária de uma vida social sempre mais reduzida a processos de mudança com um princípio de igualdade que não se apoia na fraternidade entre as criaturas de Deus,

na razão, na realização do espírito na história ou no interesse geral do corpo social, mas no único direito de cada indivíduo de combinar livremente sua participação no universo instrumental com a manutenção, reintegração e a reconstrução permanente de sua identidade pessoal e coletiva”. (p. 93) A exposição continua no capítulo onde expõe a necessidade de uma nova filosofia da história e de revisão da Democracia, que seja força para construção de um “mundo tão vasto e diverso quanto possível”, entre outras características.

O texto todo se fecha na proposição do fim do **homo sociologicus**, ou seja, que “age de acordo com o lugar que ocupa na sociedade” que impede a combinação da igualdade e da diversidade. Isto torna difícil a sobrevivência de uma sociologia que se sustenta na concepção de **homo sociológicos e políticos**, no pensamento dominante nos séculos XVI, XVII e XVIII, anterior à própria sociologia. Precisa refazer-se sem romper com a Sociologia clássica do século passado, “Ao invés de considerar a sociedade como a matriz dos comportamentos pessoais e coletivos, como se os papéis fossem definidos por status, ou seja, por formas de autoridade, de normas e de valores, devemos pensá-la como lugar de encontro dos conflitos e das combinações entre ação estratégica e identidades, e, conseqüentemente, como espaço de formação de projetos e de experiências de vida integradas com mais ou menos êxito” (p.108), até de dizer que a sociologia tem que se transformar, se redefinir, se tornar “o estudo das condições de existência e de iniciativa de cada ator social, pessoal ou coletivo, que é ao mesmo tempo diferente de todos os outros e, como Sujeito, igual a todos” (p.109). Aqui se poderia perguntar ao Autor se isto já não é satisfatoriamente feito, há algum tempo, por outras áreas do conhecimento.

É uma obra instigante que leva a um repensar do homem e das ciências humanas. Ao terminar a leitura a audiência tem muito a perguntar, muito a pensar, quer como ser individual quer como ser coletivo. Mas é isto que se espera de um livro desta natureza.

**Geraldina Porto Witter
PUC-Campinas**